

10.12.49

F. DA PONSECA

Os acontecimentos políticos na China desenvolvem-se rigorosamente como o previsto na informação política da Legação em Nanquim.

A situação nacionalista mostrou-se impotente para deter o avanço do exército vermelho desde a Manchúria até ao Sul, por toda a zona costeira. O Governo Central, supostamente refugiado em Cantão, dispersou os serviços e pouco resta já de poder publico organizado. Parte do poder executivo encontra-se em Chung-King; outra, sob o Generalissimo Chiang-Kai-Shek, refugiou-se na Formosa. Tanto num como neutro ponto o exercício da soberania é nominal e a situação deve agravar-se ainda pelas rivalidades e falta de coesão dentro do Kuomintang.

O Governo formado em Pequim apresenta-se como "coligação nacional". Compreende o partido comunista e os vários pequenos grupos supostamente liberais. A influência destes é nula, e o regime deve considerar-se exclusivamente comunista. O chefe Mao Tse-tung define o seu programa como "democrático" no sentido de que corresponde à vontade nacional, e "dictatorial" no sentido de que o exercício do poder não tolera oposição ou restrições contrárias ao interesse do regime. Designa o regime como "Democratic Dictatorship" ou Ditadura do Povo; "Peoples Republic", ^{ou} República do Povo, entendendo por Povo os camponeses, trabalhadores e pequena burguesia. Por

/agora....

agora manteve a propriedade privada e a iniciativa individual.

O exército da "Liberação Nacional" é rigidamente disciplinado e eficiente. O armamento, além do japonês com que se iniciou a campanha, é americano moderno, conquistado, ou de alguma maneira "obtido") aos nacionalistas.

Possui aviação limitada e poucas unidades motorizadas. Retas, se existem, como se diz, não aparecem nas campanhas do Sul. Não possuem marinha de guerra; as várias unidades que desertaram dos nacionalistas foram todas ou em grande parte atingidas pelos bombardeamentos. Possuem alguns "tanks", carros anfíbios e unidades blindadas de desembarque, com as quais se prepara hoje a conquista da Formosa e outras ilhas ainda em poder do Kuomintang.

Até agora a corrupção, tradicional do povo chinês, não se manifesta entre as novas autoridades, antes é rigidamente reprimida quando se verifica entre elementos recebidos do antigo regime.

De uma maneira geral deve reconhecer-se que os abusos de poder e excessos de autoridade se verificam em muito menor escala do que anteriormente.

Também de uma maneira geral, e considerando a xenofobia tradicional no Oriente, o estrangeiro não é mal tratado desde que não provoque incidentes com as autoridades e cuidadosamente observe as suas determinações.

Não há ainda um quadro de administração civil. A autoridade está, mesmo depois de formado o Governo de Pequim, nas mãos do "Exército de libertação nacional" e comandos militares.

Até agora o exército comunista não utilizou métodos de revolução interna nos centros urbanos de população industrial. O exemplo de Langai é característico por não ter havido sublevações apesar dos fortes núcleos comunistas no operariado. O exército conquistou a cidade com os meios próprios, sem auxílio da 5ª. coluna local.

Apesar de persistentes boatos, não parece haver indícios de divergências graves entre os chefes comunistas. Se as há elas não vêm a público - pelo menos como sinais de desagração. Deve pois presumir-se para todos os efeitos práticos que o novo regime se mantém unido não sendo de prever para já rivalidade entre os chefes. Consta em todo o caso haver "esquerda e direita" dentro do partido, entendendo-se que o actual Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Joo En Lai, é dos mais moderados colaboradores de Mao Tse-tung. Crê-se que ele procurará limitar a influência russa, e, tanto quanto possível, estabelecer certo equilíbrio entre o radicalismo de inspiração soviética e o Ocidente Europeu.

Não tem força, porém, para contrariar abertamente, ou para deter, certos chefes militares da escola soviética;

..../.....

crê-se que o General Lin-piao, cujas forças conquistaram Cantão e todo o Sul, representa a "esquerda". Julga-se que é dos mais radicais, de orientação nitidamente russa.

Parece que devemos assentar definitivamente em que o domínio comunista se estenderá em breve a todo o território nacional. A área já sob a autoridade vermelha, o volume da população e a forma porque exerce a soberania, justificam o Governo de Pequim a reclamar o reconhecimento internacional. Coloca-se assim o problema do reconhecimento que, como se disse, importará as máximas dificuldades para os países do Ocidente.

-RECONHECIMENTO DA NOVA SITUAÇÃO-

1) SITUAÇÃO GERAL -

Como descreve na informação política, a coesão entre as potências ocidentais deixa a desejar. A divergência entre a política americana e inglesa acentua-se perante o problema do reconhecimento da ^{nova} situação:

a) - Os Estados Unidos, desorientados pela extrema hostilidade ao "imperialismo capitalista" e pela propaganda particularmente dirigida, por palavras e actos, contra a América, procuram demorar, se não impedir, o reconhecimento, com fundamento em que a nova situação não é democrática e não oferece garantia de respeito pelos tratados e obrigações internacionais assumidos pelas situações anteriores.

..../.....

O argumento é justo; com efeito o novo Governo declara-se dictatorial e não oferece nenhuma segurança de cumprir ou respeitar seja o que fôr.

b) - A politica inglesa orienta-se para o reconhecimento breve na persuasão de que quanto menos se hostilizar a situação mais probabilidades há de se manterem os interesses económicos e politicos do Ocidente europeu. Julga ainda inconveniente deixar só em campo junto do Governo de Pequim a Rússia e seus estêlites.

c) - A França, preocupada predominantemente pela posição da Indo-China, parece alinhar com a politica americana no sentido de retardar o reconhecimento. Da mesma maneira a Holanda e talvez a Itália.

d) - (Canadá e a Austrália devem inclinar-se para a politica inglesa.

e) - É de supor que a India e Birmania façam o reconhecimento mais cedo. É bem significativo que o Embaixador da India em Nanquim tenha tido especiais atenções por parte das autoridades comunistas à sua saída de Xangai. Julgo saber que teve contactos directos e indirectos frequentes com o representante comunista em Nanquim e lhe assegurou a disposição do seu Governo de reconhecer em breve o Governo de Mao Tse-tung. É também significativo que o Embaixador da India tenha respondido à comunicação do Ministro dos Negócios Estrangeiros desviando-se da fórmula britânicathe relations between

/India and ...

India and China "should" and "must" normalise in the future", ou qualquer expressão equivalente. É de notar que o Sr. Panikkar tem procurado, e já escolhido, com o auxílio das autoridades comunistas, uma das melhores casas de Pequim para instalação da sua Embaixada. Em minha opinião, deve esperar-se que antes do fim do ano - em qualquer caso antecipando-se à Inglaterra - reconheça os comunistas "de jure", mesmo que só para marcar a sua posição de independência da política externa britânica e da Commonwealth. O objectivo é a formação do "bloco asiático" com a colaboração da China e o directo combate à permanência do Europeu no Oriente.

As restantes potências terão que escolher a posição mais conforme à defesa dos seus interesses, - já adoptando a atitude de reserva preconizada pelos Estados Unidos, já aceitando a situação, tal como a Inglaterra procura fazer. Ainda que esta não queira hostilizar a América, a verdade é que a sua posição lhe não permite ignorar indefinidamente as realidades e sacrificar os seus interesses a prolongado abandono. Como está já acontecendo em Xangai é provável que Hong Kong comece a sentir dentro em breve a pressão, com as dificuldades resultantes do abastecimento da colónia e da paralização do comércio.

2) POSIÇÃO PORTUGUESA -

A Colónia de Macau, qualquer que seja a sua posição

/ jurídica....

jurídica, está, para todos os efeitos práticos, em muito mais precária condição do que Hong Kong. Com efeito esta é uma ilha servida por larga navegação; Macau é uma península ligada ao continente chinês e dele separada ^{apenas} pelas Portas do Cerco, tanto por mar como por terra, Macau não tem defesa, nem sob o ponto de vista militar, nem sob o ponto de vista económico. A China pode, não só ocupar militarmente a colónia, se quiser usar de força, como cortar-lhe o acesso por terra e por mar por meio de bloqueio efectivo. Hong Kong, como ilha, pode manter-se; nas Kowloon, cuja situação no continente mais se assemelha a Macau, só poderia defender-se invadindo o território chinês e nesse caso qualquer operação de defesa tomaria o aspecto de agressão estrangeira, com violação da soberania territorial. (As forças inglesas actualmente na colónia são "comandos", isto é unidades destinadas ao ataque).

A existência de força em Macau interessa, pois, predominantemente por seu efeito psicológico. Justifica-se para a manutenção da ordem interna. Poderia fazer frente a forças irregulares, - não a um exército. Precisamente porque o seu papel se entende como de carácter psicológico o Senhor Governador salientou a necessidade de unidades motorizadas e veículos blindados que os comunistas não possuem e que poderiam impressionar.

Dado que Macau não tem defesa militar, como também não poderia resistir a qualquer forma de bloqueio, a sua manutenção....

tenção tem de colocar-se no terreno político e diplomático. Não de cultivar portanto as boas relações com a China comunista da qual Macau depende exclusivamente, tanto mais que não parece poder contar-se com o auxilio americano e que a possibilidade e eficácia de qualquer auxilio inglês deve ter-se como muito duvidoso.

Até agora parece não haver claros indícios de ameaça imediata à nossa soberania. Mas, a meu ver, não devemos confiar demasiado. O facto de terem aderido ao comunismo os "bandidos" e "piratas" das regiões vizinhas e de estas terem expulso as tropas regulares do "Kuomintang", diminuiu certamente as probabilidades de atritos, - mas não as afastou.

No officio n.º ——— descreve-se a attitude do Kuomintang em face da posição de Macau. Disse-se a existência de duas correntes de opinião: - uma que desejava resolver primeiro a posição de Hong Kong certa de que Macau cairia por si logo em seguida; - outra que reclamava a retrocessão imediata de Macau, pela força, se tanto fôsse necessário como preliminar a pressão para restituição de Hong Kong. Sob a administração de Chian-Kai-Shek prevaleceu a primeira orientação; não devemos confiar que ela prevaleça agora; Sem querer especular sobre as influências que possivelmente actuam em Pequim, é bem provável que o ponto de vista da resolução imediata ao problema de Macau sirva ao comunismo chinês como afirmação do seu nacionalismo, a-proveitando-se o pretexto de se não poderem entabolar conversas com um país que.....

que os não reconhece e com o qual, portanto, não pode negociar-se.

Convém evitar por todas as formas que as forças nacionalistas se refugiem em território português e que os comunistas possam alegar a nossa cumplicidade ou auxílio ao inimigo. Por isso, também, conviria dar publicidade aos nossos protestos por qualquer violação de neutralidade que o nosso território, ou as nossas águas, sejam vítimas por parte dos nacionalistas. O reconhecimento por parte de Portugal de todas as atitudes tendentes a mostrar que Portugal aceita a nova situação e que com ela deseja normalizar relações, parecem aconselháveis. Talvez que a política europeia não permita o reconhecimento precipitado ou antecipado das outras potências com interesses na China, mas na nossa posição especial não podemos retardá-lo sem perigo de criarmos uma posição insustentável, ameaçadora para a nossa soberania.

Isto não significa a convicção de que o reconhecimento afaste todos os perigos, mesmo o de agressão armada; significa apenas que o reconhecimento nos parece ser o único meio de trazer ao campo diplomático um problema que o Governo chinês pode querer resolver pela força.

Afigura-se-nos portanto que o Governo Português só pode ter vantagem em se pronunciar pelo breve reconhecimento da nova situação. Poderíamos talvez tomar a seguinte atitude:

- Embora o Governo Português consinta em sacrificar os seus

interesses....

interesses à necessidade maior da solidariedade ocidental e por isso não desejo reconhecer antes dos outros o Governo de Pequim, insiste em que os seus recursos militares lhe não permitam resistir sozinho a qualquer ataque não provocado, e, nestas circunstâncias, só lhe resta evitá-lo. Para isso é indispensável e urgente o reconhecimento a menos que se lhe assegure auxílio militar em caso de ataque.

Devemos rezear que as delongas possam ser tentadoras para os elementos mais radicais do Governo de Pequim e para certos generais em maior contacto com Moscovo. O facto da Rússia ter já o seu Embaixador em Pequim deixa-nos supor que poderá orientar e promover a acção contra nós, tanto mais que quaisquer incidentes no Sul desviarão as atenções do público chinês das actividades russas na Manchúria e questões de Dairen e Porto Arthur.

A oportunidade para fazer o reconhecimento "de jure" deve pois ser cuidadosamente estudada e, pessoalmente, pronuncio-me porque se faça simultaneamente com as primeiras nações ocidentais que o fizerem, desde que estas o façam em breve.

Parece inútil salientar que o não reconhecimento ou a sua demora por parte do ocidente em nada aumenta a capacidade de defesa ou a resistência da situação nacionalista. No estado em que as coisas se deixaram chegar não há resistência possível. A existência de forças militares nacionalistas em numero elevado (consta um milhão de homens) nada significa,

como nada

como nada significam as notícias periódicas de grandes vitórias nacionalistas. Nunca estas impediram o avanço sistemático do exército vermelho. Sendo assim, a esperança de que o não reconhecimento demore a chegada dos comunistas à fronteira da Indo-China, é injustificável e revela bem a desorientação de certos círculos diplomáticos.

X

XXXXXX XXXXXX

A acção da Legação junto das autoridades de Nanquim orientou-se no sentido de mostrar que as diferenças de ideologia entre Portugal e a China de nenhuma maneira obstavam à normalização das relações. Pareceu-nos estar dentro de pensamento do Governo deixar entender que por nossa parte não tínhamos nenhum compromisso com a situação Kuomintang que obstasse ao reconhecimento da nova situação logo que ela se formasse.

Depois da formação do novo Governo, e em harmonia com as instruções recebidas, respondeu-se à comunicação do Ministro dos Negócios Estrangeiros nos termos aproximados da nota inglesa entregue por intermédio do Consul em Pequim.

O meu pensamento inicial foi fazer assinar a resposta pelo Consul Geral em Shanghai que, pelo facto de ser também Conselheiro Comercial da Legação, com o seu nome e qualidade na lista diplomática, mais parecia indicado para fazê-lo. Essa solução tinha porém o risco que o despacho n.º 5 saliente

de ser considerada menos cortez pelo facto de eu próprio, a quem a comunicação fora dirigida, não assinar a resposta, podendo assumir o aspecto de não querer responsabilizar-me por ela. A resposta assinada pelo Secretário Morgado, como o sugerido, teria o risco maior de não ser considerada aceitável, em virtude do nome de Morgado não constar da última lista diplomática como funcionário da Legação. Tomei, pois, a resolução de assinar eu próprio a comunicação ao General Chu-Kn Lai, como fizeram outros chefes de missão mais interessados no restabelecimento das relações com a China. Fez-se o possível para evitar qualquer melindre ou mal entendido susceptível de agravar os riscos para a posição portuguesa.

X

XXXX XXXX

Anexam-se os seguintes documentos:

- a) - Original e tradução da Nota do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chou Kn Lai, acompanhado do original e tradução da proclamação de Mao Tse-tung.
- b) - Cópia da resposta a essa Nota.

a) J. B. Ferreira da Fonseca.